



J. Rosa Nunes
Prof. Doutor

Incompetência

“As decisões/ações políticas mais importantes nas áreas da saúde, ensino e habitação surgem de tal modo pontualmente e sem consistência que demonstram falta de um planeamento a médio/longo prazos – uma linha mestra em cada setor – que sirva de orientador de ações com futuro que, a nós residentes, permita consolidar a ideia de que o provir nos será favorável.”

Não fosse eu uma pessoa de natureza prática, calma e observadora, parecendo frio e distante em inúmeros casos, mas paciente – enfim capricorniano – e já tinha sido afetado psicologicamente pelo modo desgovernado, indolente, doloroso e “troca-tintas” como estes políticos regionais nos têm governado. Regido por Saturno e o elemento terra, acredito que o êxito resulta do trabalho árduo e consciente de modo a conseguir alcançar os objetivos de vida que temos, assumindo serem princípios em que também o governo regional deveria alicerçar as suas ações.

O Governo Regional, que parece estar a participar numa grande farra (política), tem vindo a alhear-se de tudo o que ao tomar posse se comprometeu, “maltratando” o voto de confiança que lhe foi dado, e invariavelmente de “dia para dia” armadilhando todo o futuro dos nossos filhos e netos. Comprometem o interesse que os jovens possam ter em valorizarem-se por anteverem, se tudo continuar como está e com tendência a piorar, que terão enormes dificuldades futuras. Insistirei e só fico descansado quando o atual presidente do governo reconhecer que, há muito tempo, cresce desmesuradamente a incompetência de liderança. Ele nunca será líder!

O governo parece um saco de gatos, prontos para se esgatañarem. Até ao momento a governação parece-me um conjunto de atos decisórios tomados desgarradamente, sem a mínima consistência nem base num planeamento credível, assentando em ações de pagadoria – em diversos setores de atividade, empresas e pessoas – numa tesouraria falida que, qual um cobertor curto, se destapa nos pés quando se aconchega na cabeça e vice-versa.

As decisões/ações políticas mais importantes nas áreas da saúde, ensino e habitação surgem de tal modo pontualmente e sem consistência que demonstram falta de um planeamento a médio/longo prazos – uma linha mestra em cada setor – que sirva de orientador de ações com futuro que, a nós residentes, permita consolidar a ideia de que o provir nos será favorável.

Nos setores de atividade, nomeadamente nas pescas e agropecuária, o “luxo” é admitir programas e mais programas de apoio, cujos resultados em termos efetivos são apenas a atribuição de subsídios entregues tardiamente e cujo efeito positivo se “derrete” na necessidade dos beneficiários terem de ser antecipar pela disponibilidade de dinheiro através de uma qualquer instituição de crédito, pagando juros.

Entretanto o número de insolvências aumentou. Nos últimos quatro meses verificaram-se mais 31 empresas insolventes ou seja mais 5% do que no período homologado do ano passado, tendo este número em Ponta Delgada aumentado cerca de 67%. Não é pois de admirar quando, num ato público recente, o representante da Câmara Comércio e Indústria de Ponta Delgada, afirmou “quem falha nas acessibilidades, falha na economia, falha na prosperidade, falha no futuro”.

Afirmações/reclamações que durante anos não se ouviram desta entidade relativamente à ação do governo regional. Foi diferente, mas corajoso afirmar isto. Não se trata de erro de interpretação, pois foi utilizada a palavra “falha” por quatro vezes. Foi, na minha interpretação, uma chamada de atenção para governantes adormecidos que não conseguem aperceber-se do enorme efeito socioeconómico e financeiro que S. Miguel tem no todo regional. Foi uma promessa de “virar costas” se a situação se mantiver. Acredito que será o governo regional quem ficará a perder.

Após seis semanas como dirigente de terceira linha do governo, o diretor regional dos transportes foi quem conseguiu “comprovar” uma certa realidade da situação. Carlos Farinha afirmou existirem dificuldades em substituir a Ryanair e que a Sata e Tap não vão conseguir colmatar a saída desta da Região. Não é que meio mundo de residentes nos Açores já não tivessem escrito/dito o mesmo, mas uma coisa é certa: foi oficial. Não há como passar uma esplanja.

Contradiisse o presidente e duas tutelas do governo para além do presidente da Sata. E agora? Não houve reação nem mesmo de Berta Cabral, secretária que tutela o turismo. Engoliu um “sapo”, grande e gordo e ainda por cima a coaxar. Esperam a oportunidade para lhe apresentar um “cartão vermelho” ou será ele o futuro secretário? Alguém encomendou o serviço?

Segundo os serviços regionais de estatística nos últimos quatro meses verificou-se uma redução de cerca de 179 mil passageiros no movimento aéreo, o que comparativamente com o período homólogo significa menos 12,3%. No que concerne as ligações territoriais (continente e Madeira) e internacionais estas decresceram, respetivamente, 18% e 19,8%. Entre ilhas a redução foi de 2,6%. Qual o efeito económico e financeiro, para a Região, destas perdas? Vão novamente “esmolhar” a Montenegro que resolve os problemas? Sempre de chapéu de pedinte na mão?

Mas não nos devemos preocupar! Segundo o presidente da Sata, o “grupo registou uma melhoria nos resultados (EBITDA)”, em 2025, ou seja nos lucros “antes de juros, impostos, depreciações e amortizações”. Será o mesmo que relativamente às “minhas finanças mensais” afirmar: vivo bem com a minha pensão, mas não pago a prestação (juros e amortização) da casa, os impostos, a gasolina e comer é pouco.

Perante os 15-20 milhões que ele apregoa como resultados, assume entretanto que “para ter um resultado positivo é necessário um EBITDA muito superior a este”. Aguardemos para saber qual vai ser o deficit depois de pagas as obrigações; venham as contas oficiais que já vêm “tarde e más horas”; fora do prazo legal. Nunca permitirei que me atestem como “tolinho”.

E incrivelmente Tiago Santos, ressalva que para 2026, se retirarmos da equação o valor do imposto de jetfuel (tipo pilotar um avião num jogo de computador) surgirão “fatores positivos para melhorar os resultados da Azores Airlines”. Mas isto é contabilidade? Dito por um ex-responsável contabilístico?! Seria o equivalente a afirmar que o meu referido orçamento mensal melhoraria se não comesse, claro que correndo o risco de morrer. Convictamente acrescentou que maio de 2026 é o “momento mais positivo para retomar um processo de privatização”.

É conhecido o provérbio de que “Santos da casa não fazem milagres”. É bem verdade! Este é da Sata e penso que não será a exceção! Basta rler o que afirma; melhor, só calado.

Por falar em combustível, neste caso jetfuel, a sua aquisição é altamente sensível à variação dos preços, porque não tem substituto no curto/médio prazos. Esta sensibilidade resulta, não da relação oferta/procura, mas de uma politização do mercado, transformando o produto numa “energia politizada”. Confirmado pelo que se passa com a OPEP e/ou no Estreito de Ormuz.

No contexto dos custos, o combustível, numa situação normal, representa no setor cerca de 30 a 35%, segundo a IATA, sendo o segundo custo a seguir aos salários. Prevê-se que o seu custo passará para primeiro lugar, devido à crise, representando mais de 40%; por cada aumento de 10 dólares num barril, os efeitos serão de mais 2 a 4%. Os gastos em jetfuel, na Sata em 2004, já eram de cerca de 40%, podendo no corrente ano e segundo a regra, atingir os 50% ou mais. Consequentemente sendo o principal custo a considerar na gestão da empresa pública.

Segundo um dos últimos relatórios do Banco Mundial e OCDE, “um aumento sustentado em 10% nos custos dos transportes, pode reduzir fluxos turísticos em até 5%, sendo movimentos e longas distâncias mais afetados e destinos dependentes da aviação (ILHAS, REGIÕES REMOTAS) sendo estruturalmente vulneráveis”, constituindo “maior sensibilidade ao preço e certamente uma decisão mais racional na escolha do destino, o turismo tende a passar de massificado para mais segmentado”.

Até quando teremos governantes que como decisores políticos de qualidade são tão limitados?